

FORO DE COOPERAÇÃO AMÉRICA LATINA-ÁSIA DO LESTE (FOCALAL): DESAFIOS DO INTER-REGIONALISMO E DO FOCALAL

DOI: 10.61623/cpe.v11n17.a08

Submetido em: 22/08/2025. Aceito em: 17/09/2025. ISSN: 2359-5280 | e-ISSN: 2447-228X

Eunjae Kim¹

Resumo

O Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) é uma instituição multilateral inter-regional criada em 1999 para reforçar a cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste em áreas como a política, a economia, a cultura, a tecnologia e a educação. Composto por 36 Estados membros da América Latina e do Caribe e da Ásia do Leste e do Pacífico, o FOCALAL procura promover a compreensão mútua, estabelecer novas parcerias e coordenar posições conjuntas sobre assuntos internacionais. Uma característica marcante do FOCALAL é que ele evita deliberadamente a institucionalização excessiva, operando, em vez disso, com base em princípios de gestão voltados para o futuro, voluntários e flexíveis. No entanto, essa busca por uma institucionalização não rígida, combinada com o aumento das disparidades socioeconômicas entre as duas regiões na última década, tem representado um desafio para o tipo de cooperação originalmente previsto. Além disso, a escassez de literatura sobre inter-regionalismo, o quadro teórico através do qual o FOCALAL pode ser compreendido, continua a ser um obstáculo à avaliação do seu potencial e capacidade. Nesse contexto, o presente artigo reúne trabalhos acadêmicos existentes sobre inter-regionalismo o FOCALAL para informar estudos futuros, com foco nas seguintes questões: O que é inter-regionalismo? Em que categoria de inter-regionalismo o FOCALAL pode ser compreendido? O que ainda precisa ser explorado nas pesquisas sobre inter-regionalismo? Quais são as limitações institucionais inerentes ao FOCALAL? E, finalmente, o FOCALAL enfrenta desafios decorrentes da crescente discrepância entre a América Latina e a Ásia do Leste?

Palavras-chave: Organização Internacional; Relações Multilaterais; Cooperação Regional.

1 A autora é bacharel em Estudos Brasileiros pela Hankuk University of Foreign Studies (2016) e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (2020), com bolsa da CAPES. Eunjae Kim é atualmente doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (2021-presente), também com bolsa da CAPES. Sua experiência em pesquisa está no campo das Relações Internacionais, com ênfase nas relações econômicas entre a Coreia do Sul e o Brasil, no desenvolvimento econômico da Coreia do Sul e na associação entre a interdependência econômica e a cooperação política e estratégica do Brasil e da Coreia do Sul em relação aos Estados Unidos e à China durante a competição estratégica de poder entre os EUA e a China. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9777-6283>.

FORUM FOR EAST ASIA-LATIN AMERICA COOPERATION (FEALAC): CHALLENGES ON INTERREGIONALISM AND FEALAC

Abstract

The Forum for East Asia -Latin America Cooperation (FEALAC) is an interregional multilateral institution launched in 1999 to enhance cooperation between Latin America and East Asia in areas such as politics, economy, culture, technology, and education. Comprising 36 member states from Latin America and the Caribbean and East Asia and the Pacific, FEALAC seeks to foster mutual understanding, establish new partnerships, and coordinate joint positions on international affairs. A distinctive feature of FEALAC is its deliberate avoidance of excessive institutionalization, operating instead on future-oriented, voluntary, and flexible management principles. However, this pursuit of non-strict institutionalization, combined with the widening socio-economic disparities between the two regions over the past decade, has posed challenges to the kind of cooperation originally envisioned. Furthermore, the scarcity of literature on interregionalism, the theoretical framework through which FEALAC can be understood, remains a barrier to assessing its potential and capacity. Against this backdrop, the present paper brings together existing academic works on interregionalism and FEALAC to inform future studies, focusing on the following questions: What is interregionalism? By which category of interregionalism can FEALAC be understood? What remains to be explored in research on interregionalism? What institutional shortcomings are embedded in FEALAC? And finally, does FEALAC face challenges arising from the growing discrepancy between Latin America and East Asia?

Keywords: International Organization. Multilateral Relations. Regional Cooperation.

FORO DE COOPERACIÓN ASIA ORIENTAL-AMÉRICA LATINA (FEALAC): RETOS DEL INTERREGIONALISMO Y EL FEALAC

Resumen

El Foro de Cooperación Asia Oriental-América Latina (FEALAC) es una institución multilateral interregional creada en 1999 para mejorar la cooperación entre América Latina y Asia Oriental en ámbitos como la política, la economía, la cultura, la tecnología y la educación. Compuesto por 36 Estados miembros de América Latina y el Caribe y Asia Oriental y el Pacífico, el FEALAC busca fomentar el entendimiento mutuo, establecer nuevas alianzas y coordinar posiciones conjuntas en asuntos internacionales. Una característica distintiva del FEALAC es que evita deliberadamente una institucionalización excesiva y, en su lugar, funciona según principios de gestión orientados al futuro, voluntarios y flexibles. Sin embargo, esta búsqueda de una institucionalización no estricta, combinada con las crecientes disparidades socioeconómicas entre las dos regiones durante la última década, ha planteado retos para el tipo de cooperación previsto inicialmente. Además, la escasez de bibliografía sobre el interregionalismo, el marco teórico a través del cual se puede entender la FEALAC, sigue siendo un obstáculo para evaluar su potencial y su capacidad. En este contexto, el presente documento reúne los trabajos académicos existentes sobre el interregionalismo y la FEALAC para informar futuros estudios, centrándose en las siguientes preguntas: ¿Qué es el interregionalismo? ¿En qué categoría de interregionalismo se puede entender la FEALAC? ¿Qué queda por explorar en la investigación sobre el interregionalismo? ¿Qué deficiencias institucionales presenta el FEALAC? Y, por último, ¿se enfrenta el FEALAC a retos derivados de la creciente discrepancia entre América Latina y Asia Oriental?

Palabras clave: Organización internacional. Relaciones multilaterales. Cooperación regional.

1. Introdução

O Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) é uma instituição inter-regional criada em 1999 para promover a cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste. Com 20 países da América Central e do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) e 16 países da Ásia do Leste (Brunei, Camboja, China, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mongólia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Coreia do Sul, Tailândia, Vietnã, Nova Zelândia e Austrália) como países membros, o FOCALAL é um amplo mecanismo multilateral que promove a ampliação e o fortalecimento das relações entre as duas regiões em temas das áreas econômica, social e cultural: comércio; investimento; desenvolvimento sustentável; inovação; micro, pequenas e médias empresas; cooperação sociopolítica; ciência e tecnologia; educação; gênero; esportes; turismo; e juventude (Ministério das Relações Exteriores da República da Coreia). O foro foi criado para funcionar como uma plataforma para o compartilhamento de questões e experiências comuns entre países em desenvolvimento e a construção de uma relação complementar com base nas vantagens comparativas de cada região (CEPAL, 2013).

Apesar dos objetivos e do significado simbólico do mecanismo como o único existente que conecta duas regiões geograficamente distintas e distantes de forma direta e exclusiva, a sua natureza flexível e não restritiva e a crescente disparidade econômica e social entre as duas regiões levantam questões sobre o potencial e a capacidade do FOCALAL. Além disso, as vastas diferenças socioeconômicas e culturais que existem no nível intrarregional, ou seja, entre as sub-regiões: América Central e América do Sul; Nordeste Asiático e Sudeste Asiático; e Nordeste, Sul da Ásia e Austrália, Nova Zelândia também são um elemento que impede a cooperação em todo o nível regional. Para agravar a situação, em comparação com outras organizações regionais ou inter-regionais em todo o mundo, o FOCALAL tem sido relativamente pouco explorado no meio acadêmico. O inter-regionalismo, conceito abrangente que engloba várias categorias de arranjos inter-regionais através dos quais o FOCALAL é explicado, continua subanalisado em comparação com o substancial volume de literatura sobre regionalismo.

Este artigo procura revisar a literatura sobre o FOCALAL e o inter-regionalismo em cinco dimensões. Primeiro, o que é inter-regionalismo e que tipos de acordos inter-regionais existem globalmente? Segundo, em que

categoria de inter-regionalismo o FOCALAL pode ser examinado? Terceiro, o que a academia abordou em relação ao inter-regionalismo e ao FOCALAL, e que áreas permanecem pouco exploradas? Quarto, quais são as limitações institucionais inerentes ao FOCALAL? Quinto, o FOCALAL enfrenta desafios decorrentes das crescentes discrepâncias entre a América Latina e a Ásia do Leste?

Ao estabelecer as bases para estudos futuros que abordem essas questões com maior profundidade, o segundo capítulo examina a definição e as tipologias do inter-regionalismo, bem como o contexto internacional e teórico de seu surgimento. O terceiro capítulo explora os principais fatores que levaram à criação do FOCALAL nos contextos internacional e regional. Essa discussão começa com as trajetórias históricas do regionalismo na América Latina e na Ásia do Leste, seguidas por uma análise das metas, objetivos e questões-chave do FOCALAL. O capítulo considera ainda o potencial e as limitações do mecanismo, particularmente à luz da crescente assimetria econômica entre as duas regiões e da natureza essencialmente branda da organização. Dá-se especial atenção a indicadores econômicos como crescimento do PIB, comércio e investimento estrangeiro direto. Com base nessas conclusões, o capítulo final aborda os desafios enfrentados pela cooperação inter-regional no âmbito do FOCALAL e aponta a lacuna existente na literatura sobre inter-regionalismo e o FOCALAL.

2. Inter-regionalismo: perspectivas teóricas e contexto histórico

Existem várias definições de inter-regionalismo na literatura. De acordo com Roloff (2006, p. 18 *apud* Camroux, 2010, p. 58), o inter-regionalismo é um “processo de ampliação e aprofundamento das interações políticas, econômicas e sociais entre regiões internacionais”. Gilson (2005) define o inter-regionalismo como “a interação de uma região com outra” e um meio de gerenciar relações em um mundo globalizado, no qual a região funciona como um ator político central. Doidge (2007, p. 232) argumenta que o inter-regionalismo “tem como premissa uma relação dicotômica entre dois grupos que representam regiões geográficas/políticas/econômicas/culturais”. Embora a formulação específica dessas definições possa diferir ligeiramente de um teórico para outro, sua essência não é difícil de compreender: todas convergem para a ideia do inter-regionalismo como um processo de interação estruturada e construção gradual de relações entre regiões distintas. Uma das características mais notáveis e distintivas do inter-regionalismo consiste em

sua variabilidade. Dependendo das regiões envolvidas, bem como das questões e prioridades temáticas definidas como centrais para a cooperação, o caráter e a substância do inter-regionalismo podem mudar consideravelmente. Em outras palavras, a política inter-regional é, como argumentam Soderbaum *et al.*, “não um conjunto fixo de diretrizes, mas sujeita a adaptações” (Söderbaum *et al.*, 2005, p. 367).

A maioria dos estudiosos aponta para a década de 1990, e mais especificamente para o fim da Guerra Fria, como o período em que o inter-regionalismo começou a se espalhar de forma mais visível pelo mundo. Na opinião deles, o surgimento dessa nova tendência nas relações internacionais pode ser explicado principalmente pelo colapso do contexto internacional bipolar. No quadro anterior, as relações inter-regionais eram permitidas apenas de forma muito limitada, geralmente confinadas a alianças transregionais e a alguns diálogos conduzidos entre grupos de Estados ou organizações regionais (Hurrell, 1995; Meissner, 2016; Hänggi, 2000, Dent, 2003). No entanto, Doidge (2007) remonta à primeira Convenção de Yaoundé de 1963 entre a Comunidade Europeia (CE) e os Estados Africanos Associados de Madagascar (AASM). Ideia prevalente sobre o inter-regionalismo é que, tal como no regionalismo, a Comunidade Europeia e a União Europeia construíram o modelo global de inter-regionalismo (Doidge, 2007; Söderbaum *et al.*, 2005). Aggarwal e Fogarty (2005, p. 327) chamam a UE de “padroeira do inter-regionalismo”, uma vez que a UE buscou vínculos inter-regionais com quase todas as regiões, como América do Sul, Ásia do Leste, Europa Oriental e vários países em desenvolvimento, exceto a América do Norte, em relação à qual a UE demonstrou uma ausência de estratégia inter-regional.

O interesse pelo inter-regionalismo na academia foi acompanhado pelo “novo regionalismo” e pelos estudos comparativos de integração regional (Acharya e Johnston, 2007 *apud* Camroux, 2010, p. 58). Isso é bem demonstrado na perspectiva de Hänggi (2000, p. 13) sobre o inter-regionalismo como um “processo contínuo de globalização e regionalismo” e, portanto, uma “característica duradoura do sistema internacional”. De acordo com Gilson (2005), há muitas funções positivas que o inter-regionalismo desempenha, que são: gerenciar a mudança global na estrutura da economia política global; lidar em conjunto com os desafios e ameaças financeiras e políticas transfronteiriças; fortalecer o papel das regiões como atores (o processo de região para região afeta os desenvolvimentos da identidade intrarregional, possibilitando o inter-regionalismo bidirecional); e, por último, abrir espaços para atores não estatais, como empresas, cidadãos e agrupamentos não governamentais.

As abordagens teóricas que procuram explicar o inter-regionalismo podem, em termos gerais, ser divididas em três ramos principais: realista, liberal-institucionalista e construtivista. De uma perspectiva realista, o inter-regionalismo é entendido principalmente através da lente da rivalidade entre regiões e da busca do equilíbrio entre diferentes atores regionais que procuram maximizar o seu poder relativo. Em contrapartida, a perspectiva liberal-institucionalista interpreta o inter-regionalismo como uma resposta à necessidade de cooperação entre regiões, enfatizando a gestão da complexa interdependência que opera além do nível das regiões individuais. Por último, a teoria construtivista interpreta o inter-regionalismo com foco na “formação de identidade por meio da interação inter-regional” (Urgen Ri’iland, 1999, *apud* Hänggi, 2000, p. 9). Esse ponto de vista vê o inter-regionalismo como um elemento vital para a construção de um senso de identidade regional, ou seja, “senso de identidade própria”. (Gilson, 2005, p. 321-323; Stubbs, 2012).

De acordo com Hänggi (2000, p. 3), existem três tipos principais de inter-regionalismo: (a) relações entre agrupamentos regionais; (b) acordos birregionais e transregionais; (c) híbridos, tais como relações entre agrupamentos regionais e potências individuais. Em primeiro lugar, as relações entre agrupamentos regionais são o chamado “protótipo do inter-regionalismo”, representado pelos diálogos tradicionais entre grupos da UE desenvolvidos desde a década de 1970, como o diálogo entre a Comunidade Europeia (CE) e a ASEAN, que foi institucionalizado na década de 1980 (Lukas, 1997; Regelsberger, 1990 *apud* Doidge, 2007). Outros exemplos são UE-Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), UE-Comunidade Andina, UE-Grupo do Rio, UE-Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), MERCOSUL-ASEAN, MERCOSUL-CER (Comunidades Econômicas Regionais da União Africana), Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC)-ASEAN, etc.

A segunda tipologia de Hänggi é a dos acordos birregionais e transregionais, nos quais os Estados de outras regiões poderiam participar individualmente com outras coordenações regionais (Urgen Ri’iland, 2001, p. 2, *apud* Hänggi, 2000). Esse tipo de arranjo heterogêneo tomou forma no âmbito da relação triangular emergente entre as três regiões econômicas mais significativas do mundo: América do Norte, Europa Ocidental e Ásia do Leste. Exemplos dessas ligações inter-regionais incluem a criação da APEC em 1989, O Encontro Ásia-Europa (ASEM) em 1996, a Cúpula Europa-América Latina no Rio em 1999 e a Cúpula África-Europa no Cairo em 2000, culminando sobretudo na criação do FOCALAL em 2001. Por último, há as relações entre os agrupamentos regionais e a única potência dominante de outras regiões, como os EUA, a China, o Japão e a Índia. Exemplos desta categoria são os seguintes:

UE-China, UE-Japão, UE-Coreia do Sul, UE-Índia, EFTA-México, ASEAN-EUA, ASEAN-Canadá, ASEAN-Austrália, ASEAN-Nova Zelândia e ASEAN-Rússia.

Curiosamente, o mesmo autor, Hänggi, em seu livro publicado em 2006, apresentou uma modificação em suas tipologias. A primeira refere-se a diálogos entre duas organizações regionais, também chamados de “antigo inter-regionalismo” pelo autor ou de “inter-regionalismo bilateral” por Ruland (1999). Essa categoria de inter-regionalismo envolve relações estabelecidas entre duas organizações regionais, como no caso da UE-ASEAN ou da UE-MERCOSUL. A segunda tipologia refere-se a diálogos conduzidos entre uma organização regional formal e um agrupamento regional de Estados com coordenação mais flexível, com exemplos proeminentes incluindo a ASEM e a UE-ALC. Por fim, a terceira categoria abrange diálogos mantidos entre dois grupos regionais como tais, e é nesta última categoria que o FOCALAL se situa geralmente.

Essa confusão na literatura existente, ainda não devidamente esclarecida, parece estar intimamente relacionada à falta de análise sistemática do fenômeno e com o grau limitado de progresso empírico que foi alcançado no estudo dos diálogos inter-regionais. Mesmo o Encontro Ásia-Europa (ASEM), o mecanismo inter-regional mais avançado, é considerado ainda incipiente (Doidge, 2007). Apesar do interesse e da relevância observada por estudiosos sobre o papel e o significado do fenômeno, o inter-regionalismo, em especial “o papel das interações inter-regionais” e “a relação entre regionalismo e inter-regionalismo”, não foi suficientemente explorado (Meissner, 2016; Hänggi, 2000, p. 2; Söderbaum *et al.*, 2005; Camroux, 2010).

Por exemplo, como Soderbaum *et al.* (2005) apontaram, é extremamente necessário comparar detalhadamente vários tipos de inter-regionalismo e casos empíricos em todo o mundo. Soderbaum *et al.* (2005) argumentam que o inter-regionalismo deve ser analisado independentemente da estrutura convencional do regionalismo, uma vez que o inter-regionalismo constitui um nível adicional de interação dentro do sistema mundial, existindo paralelamente ao regionalismo e oferecendo novas vias para o envolvimento estruturado entre regiões. Além disso, as relações complexas e muitas vezes intrigantes entre o inter-regionalismo e a dinâmica mais ampla do multilateralismo e do bilateralismo – formas de interação que, em determinados aspectos, competem com o inter-regionalismo, enquanto em outros servem para reforçá-lo – requerem uma atenção acadêmica mais aprofundada. Além disso, as possíveis consequências do inter-regionalismo para a evolução da governança global e para a configuração da ordem mundial continuam sendo questões que exigem uma investigação sistemática mais profunda.

No entanto, é preciso reconhecer que o regionalismo proporcionou o contexto essencial a partir do qual o inter-regionalismo surgiu e tomou forma. Por essa razão, qualquer tentativa séria de abordar o FOCALAL requer necessariamente uma análise da evolução histórica do regionalismo tanto na América Latina quanto na Ásia do Leste, uma vez que os padrões de cooperação regional desenvolvidos nessas duas regiões estabeleceram as bases para iniciativas inter-regionais subsequentes. Assim, o capítulo seguinte é dedicado a um estudo do contexto histórico do regionalismo em cada região, traçando as principais trajetórias e identificando as condições que tornaram possível o diálogo inter-regional. Com base nessa fundação histórica, a análise passará então para a dimensão institucional, com especial atenção para a estrutura, os objetivos e os desafios do FOCALAL.

3. Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste

3.1. Contexto histórico do regionalismo na América Latina e na Ásia do Leste

Para que os países decidam cooperar e formar instituições ou organizações para a cooperação regional, é fundamental que compreendam os fatores determinantes para a decisão de cooperar ou não, tais como a gravidade dos problemas presentes na região, o nível de interdependência com outros atores, os incentivos institucionais para cooperar (Dowding e Feiock, 2012 *apud* Castro e Castro, 2020) e os interesses, ideias, normas e práticas compartilhadas que vão além das fronteiras nacionais, segundo uma perspectiva construtivista, entre outros (Ruiz-Camacho, 2020; Castro e Castro, 2020).

No que diz respeito à cooperação econômica e política na América Latina, é importante enfatizar que a integração regional na região tem se baseado historicamente nos princípios da Cooperação Sul-Sul. Nesse contexto, os países em desenvolvimento têm buscado construir laços de cooperação com base em experiências históricas compartilhadas, estruturas sociais comuns e condições econômicas comparáveis. Ao mesmo tempo, deve-se observar que a trajetória da integração latino-americana não tem sido linear, mas sim caracterizada por um padrão recorrente de avanços e retrocessos que se desenrolaram ao longo de sua história (Ruiz-Camacho, 2020; Castro e Castro, 2020; CEPAL, 2016).

O processo de integração regional na América Latina se desenvolveu simultaneamente no continente como um todo e em suas diferentes sub-regiões, continuando de maneira relativamente constante ao longo de quatro ondas

identificáveis de integração que podem ser rastreadas ao longo do tempo. Essas ondas abrangem os esforços iniciais das décadas de 1950 e 1960, passando pelos avanços das décadas de 1970 e 1980, seguidos pelo dinamismo renovado da década de 1990 e, finalmente, pelas experiências mais recentes das décadas de 2000 e 2010. Dentro dessa trajetória histórica mais ampla, a década de 1990 se destaca como particularmente significativa, durante a qual o Brasil procurou reforçar a integração econômica na região. Para tanto, aprofundou as relações bilaterais com a Argentina, promoveu iniciativas de liberalização comercial e adotou tarifas externas comuns, tudo isso institucionalizado por meio da criação do Mercado Comum do Sul (Dabene, 2012). Com a posse do presidente Lula em 2002, o impulso da integração regional na América do Sul foi ainda mais reforçado. Durante esse período, o movimento de integração passou a girar cada vez mais em torno da liderança do Brasil, e o país assumiu um papel mais proeminente na promoção e coordenação de iniciativas de cooperação entre seus vizinhos sul-americanos (Hirst, 2006, p. 131-2; Gomes-Mera, 2016). O MERCOSUL chegou a ser chamado de “a integração mais bem-sucedida da região” (Danese, 2009).

No entanto, existe uma rivalidade em disputas territoriais e competição pela supremacia regional (Ahn e Park, 2007). Para piorar a situação, por exemplo, o MERCOSUL chegou a um impasse devido à assimetria estrutural e política entre os Estados membros, à ausência de instituições capazes de gerenciar as demandas resultantes do aumento da interdependência e ao baixo nível de integração, a exemplo de outras integrações regionais na América do Sul (Mariano e Junior, 2012; Granato, 2016; Oliveira e Gonçalves, 2010; Terra, 2009; Doctor, 2013; Veiga, 2007; Hijazi, 2012; Giordano *et al.*, 2004; Kume e Piani, 2005). De fato, a cooperação entre os países da região diminuiu significativamente desde o estágio inicial da integração (Gómez-Mera, 2009). Embora tenham sido feitos inúmeros esforços para revigorar os acordos regionais enfraquecidos, de acordo com Ghymers (2005), a região latino-americana está presa em uma situação típica subótima de estratégia de não cooperação, na qual surgiram três obstáculos diferentes à cooperação regional: personificações decorrentes de aspectos monetários, financeiros e políticos (assimetrias estruturais); a síndrome da centralização latina; e a falta de reputação e credibilidade institucional (Ghymers, 2005; Nunes, 2020).

No que diz respeito à Ásia do Leste, a região apresenta uma das características mais intrigantes e complexas do regionalismo. Ao contrário dos outros dois componentes da Tríade – Europa Ocidental e América do Norte –, o contexto geopolítico da Ásia do Leste tem sido marcado por disputas intrarregionais profundamente enraizadas e por uma dependência histórica dos Estados

Unidos. Esses dois fatores principais têm funcionado consistentemente como obstáculos ao desenvolvimento de formas mais profundas e abrangentes de cooperação entre os países da região. Não obstante, desde a década de 1990, o Nordeste Asiático passou por importantes transformações. O rápido avanço da tecnologia, juntamente com uma divisão do trabalho cada vez mais sofisticada, favoreceu a sistematização e a organização de cadeias de produção regionais, o que, por sua vez, estimulou novas formas de cooperação entre as nações envolvidas, e a expansão da economia de mercado regional estimulou o intercâmbio financeiro entre os países (Capannelli *et al.*, 2010; Petri, 2006). Especialmente na década de 2000, com o crescimento drástico da economia chinesa e a sua emergência como o núcleo da rede de produção na Ásia do Leste, as exportações e os investimentos diretos para a China aumentaram significativamente. Como resultado, a estreita conexão entre produção, investimento e comércio centrados na China tornou-se a base fundamental da interdependência econômica entre os países vizinhos (Lee, 2015; Pempel, 2007).

No entanto, como mostra o termo “Paradoxo Asiático”, apesar da elevada interdependência e complementaridade nas relações econômicas dos países da Ásia do Leste, especialmente Coreia do Sul, China e Japão, a cooperação em termos políticos, diplomáticos e de segurança é quase inexistente (Manning, 1993). Apesar da proximidade geográfica entre os países e de serem as economias mais relevantes da Ásia do Leste, entre eles, questões de soberania e históricas, como a disputa sobre o território coreano de Dokdo, a ocupação ilegal japonesa da Península Coreana de 1910 a 1945, bem como a ocupação chinesa de Taiwan e alguns territórios, as mulheres de conforto que foram forçadas a se tornar escravas sexuais pelo exército japonês, a questão nuclear norte-coreana, a corrida armamentista, a dependência de segurança dos EUA e a intervenção dos EUA na região e a revisão constitucional do Japão ainda dominam as agendas diplomáticas regionais (Lee, 2015).

Além disso, o conflito econômico entre os três países está se agravando. Em 2010, a China aplicou um embargo de terras raras contra o Japão devido à disputa territorial de Daoyu Dao (Senkaku). (New York Times, 2021). Em 2017, a China aplicou sanções econômicas retaliatórias contra a Coreia do Sul após a introdução de um sistema de defesa antimísseis, o Terminal High Altitude Area Defense (THAAD, Foreign Affairs, 2021). Em 2019, o Japão restringiu suas principais exportações de produtos químicos para a Coreia do Sul, essenciais para a fabricação de semicondutores e telas de exibição, em retaliação à decisão da Suprema Corte coreana de confiscar os bens de empresas

criminosas de guerra japonesas como compensação aos trabalhadores forçados coreanos durante a Segunda Guerra Mundial (BBC, 2021).

Todavia, apesar do contexto regional conflituoso, a Ásia do Leste tem demonstrado avanços nas estruturas de integração e cooperação regionais, sub-regionais e transregionais. A crise financeira asiática de 1997-1998 revelou os limites das organizações econômicas internacionais e provocou discussões sobre mecanismos regionais de cooperação econômica, como ASEAN+3, Cúpula da Ásia do Leste (EAS) e Iniciativa Chiang Mai (Medalla e Balboa, 2010).

À luz desse entendimento básico do contexto histórico do regionalismo na América Latina e na Ásia do Leste, o próximo tópico se concentrará na análise institucional do FOCALAL e na discussão sobre o seu potencial e desafios.

3.2. Análise institucional do FOCALAL

A América Latina e a Ásia do Leste são os dois continentes separados pela maior distância geográfica, situados quase como antípodas um do outro. Além dessa vasta separação física, seus distintos contextos sociais, econômicos, históricos e culturais significam que as duas regiões compartilham relativamente poucas características em comum, um fator que explica parcialmente as interações limitadas que tipicamente ocorrem entre elas. No entanto, a crescente relevância global e participação de vários países em desenvolvimento importantes de ambas as regiões, como Brasil, Chile e Colômbia na América Latina, e China, Japão e Coreia do Sul na Ásia do Leste, com estes últimos desempenhando um papel especialmente proeminente, mudaram gradualmente o centro de gravidade econômico mundial do Atlântico para o Pacífico. Essa transformação também pressupunha que as ligações econômicas Sul-Sul e uma cooperação mais ampla entre as duas regiões se tornariam cada vez mais significativas nas décadas seguintes.

Essa reestruturação na economia política internacional gerou uma necessidade crescente e, ao mesmo tempo, forneceu justificativa para que esses países buscassem uma cooperação mais estreita e se ajustassem ao novo contexto global. Tais ajustes se estenderam por uma ampla gama de questões, indo além da esfera estritamente política e econômica para incluir áreas como segurança alimentar e energética, desenvolvimento sustentável, infraestrutura, ciência e tecnologia, bem como intercâmbios culturais e educacionais. Principalmente, a expansão prevista da economia asiática foi vista como uma importante oportunidade para a América Latina e o Caribe aumentarem e diversificarem suas exportações para a região. Com os principais países da Ásia do Leste entre seus Estados membros, o FOCALAL passou a ser

considerado um fórum relevante em termos de variáveis econômicas, como comércio, finanças e produção, com potencial para servir de ponte para um envolvimento econômico birregional mais profundo (CEPAL, 2013).

O surgimento de mecanismos inter-regionais em todo o mundo também fez com que a necessidade de cooperação entre os países da América Latina e da Ásia do Leste aparecesse em vários fóruns (Medalla e Balboa, 2010). Além disso, a crise financeira internacional também funcionou como um catalisador para que as duas regiões formassem uma estrutura de cooperação inter-regional para enfrentar desafios críticos em conjunto. No entanto, devido à falta de institucionalização de negociações políticas de alto nível e de estratégias e planos bem coordenados, as duas regiões tiveram dificuldade em estabelecer vínculos econômicos formais (CEPAL, 2013).

Nesse cenário, em setembro de 1998, o então primeiro-ministro de Cingapura, Goh Chok Tong, em sua visita ao ex-presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, do Chile, sugeriu a ideia de estabelecer um foro multilateral inter-regional abrangente para diálogo e cooperação entre a América Latina e a Ásia do Leste, considerando a fraca cooperação entre as duas regiões, mesmo com o desenvolvimento notável e a crescente relevância de ambas na economia internacional. Em setembro de 1999, o Fórum Ásia do Leste-América Latina (EALAF) foi lançado oficialmente na primeira Reunião de Altos Funcionários em Cingapura como uma plataforma única para o diálogo entre as duas regiões, que foi batizada de Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL) na I Reunião de Ministros das Relações Exteriores em Santiago, no Chile, em 2001 (I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do FOCALAL 2001).

Os principais objetivos do foro são os seguintes: aumentar a compreensão mútua, a confiança, o diálogo político e a cooperação amigável entre os países participantes, com o objetivo de enriquecer e compartilhar experiências e desenvolver novas parcerias; explorar o potencial da cooperação multidisciplinar, entre outros, em economia, comércio, investimento, finanças, ciência e tecnologia, proteção ambiental, cultura, esporte, turismo e intercâmbio entre pessoas; e expandir a base comum em importantes questões políticas e econômicas internacionais, com o objetivo de trabalhar em conjunto em diferentes fóruns internacionais para proteger interesses comuns (I Reunião de Ministros das Relações Exteriores do FOCALAL 2001).

Os princípios do FOCALAL são os seguintes: o FOCALAL deve ser visionária e voltada para o futuro; será voluntária, informal e flexível em seus procedimentos de trabalho. Ela se conduzirá de acordo com os princípios básicos do direito internacional, em particular o respeito pela soberania e

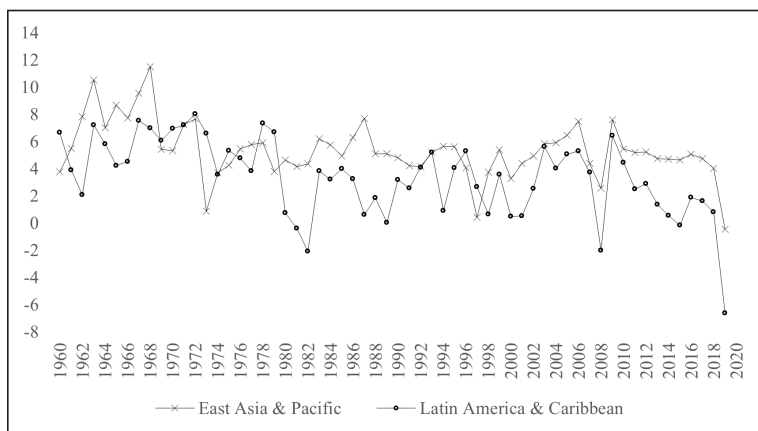
integridade territorial de cada uma das partes; a não interferência nos assuntos internos uns dos outros; a igualdade, benefício mútuo e objetivo comum de desenvolvimento; o respeito pela cultura e valores sociais únicos de cada um; e a tomada de decisões por consenso (I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do FOCALAL, 2001).

A iniciativa foi altamente persuasiva e válida, especialmente na primeira década dos anos 2000, quando os países de ambas as regiões emergiram dinamicamente na economia internacional. Dessa forma, a interação econômica entre as regiões cresceu rapidamente, complementando sua estrutura industrial e econômica. Porém, a crise financeira global de 2008-2009 interrompeu o crescimento econômico dos países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia do Leste (CEPAL, 2010). Alguns exportadores latino-americanos de commodities, representados pelo Brasil, devido à sua crescente dependência das exportações para a Ásia do Leste, especialmente a China, vivenciaram uma queda nos preços globais e nas exportações de petróleo, minerais e commodities agrícolas (CEPAL, 2013).

Desde então, o desempenho econômico da América Latina não apresentou uma recuperação considerável, enquanto a Ásia do Leste retornou rapidamente ao seu estado original. Os países latino-americanos dependem muito mais dos países da Ásia do Leste em termos de comércio, o que significa que a Ásia do Leste determina a estrutura comercial inter-regional no FOCALAL (CEPAL, 2013). As diferenças nos níveis iniciais de renda e distribuição de riqueza, bem como suas políticas públicas econômicas e sociais – ou seja, as desigualdades entre os países (CEPAL e ESCAP, 2019) que já existiam antes, tornaram-se mais acentuadas e, quando comparadas especificamente com o Nordeste Asiático, a discrepância é ainda maior.

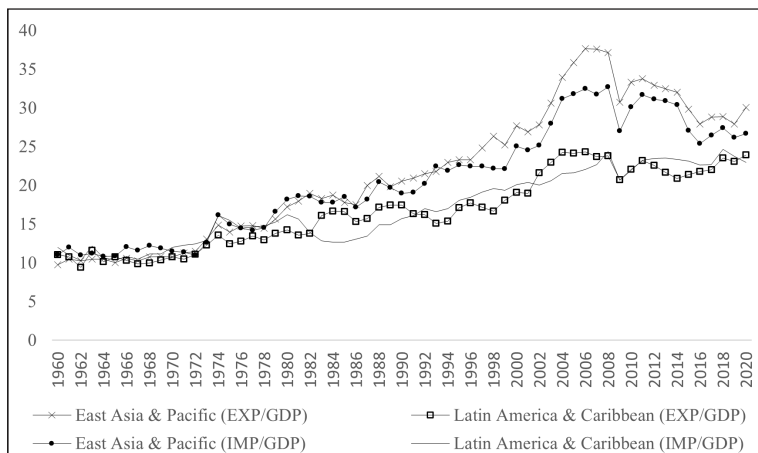
Indicadores econômicos como PIB, PIB per capita, total de exportações e importações e fluxos externos de investimento estrangeiro direto, juntamente com fatores demográficos como população, revelam uma assimetria crescente entre os países da Ásia do Leste e do Pacífico do FOCALAL e seus homólogos na América Latina e no Caribe. Tanto historicamente quanto no período após a criação do FOCALAL, esses indicadores têm mostrado uma diferença crescente, com a Ásia do Leste e o Pacífico apresentando consistentemente um desempenho mais forte na maioria das variáveis. Essa tendência de divergência é ilustrada nos gráficos a seguir.

Gráfico 1 – Crescimento anual do PIB da América Latina e Caribe e da Ásia do Leste e Pacífico (% ,1960-2020)



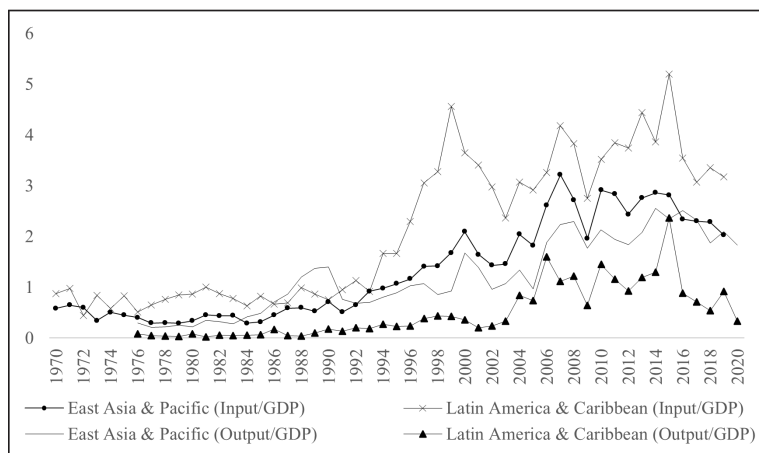
Fonte: World Bank (2021).

Gráfico 2 – Exportações e importações de bens e serviços da América Latina e Caribe e da Ásia do Leste e Pacífico (% do PIB, 1960-2020)



Fonte: World Bank (2021).

Gráfico 3 – Entradas e saídas líquidas de investimento estrangeiro direto da América Latina e Caribe e Ásia do Leste e Pacífico (% do PIB, 1970-2020)



Fonte: World Bank (2021).

Além disso, o problema do FOCALAL é que o mecanismo possui uma estrutura insuficientemente institucionalizada para o diálogo e a cooperação em várias questões econômicas, políticas e sociais. Charalambos Tsardanidis argumentou que o FOCALAL “poderia servir como um fórum eficaz para a troca de pontos de vista sobre questões de segurança, mas nenhuma das reuniões de autoridades governamentais conseguiu avançar além da retórica diplomática e romper as barreiras psicológicas e mentais que ainda dividem os dois lados do Pacífico” (Dosch e Jacob, 2010).

O FOCALAL, mesmo assim, constitui um exemplo particularmente interessante de inter-regionalismo. Embora o foro tenha sido frequentemente criticado por seu desempenho limitado, seu perfil relativamente discreto e sua incapacidade de exercer influência significativa sobre as políticas dos governos nacionais – ou seja, por sua visibilidade geral reduzida, ele não deixa de representar uma plataforma única que reúne duas regiões geograficamente distantes e historicamente distintas em um diálogo institucionalizado. Abad acredita que o FOCALAL “contribuiu para o fortalecimento das identidades regionais tanto na América Latina quanto na Ásia do Leste, na medida em que ajuda alguns dos Estados participantes a reduzir sua posição periférica na ordem mundial e fortalecer seu poder de negociação” (Dosch e Jacob, 2010).

4. Considerações finais: Direções futuras para o inter-regionalismo e o FOCALAL

Apesar dos vários esforços empreendidos e das interações que ocorreram entre as duas regiões no âmbito do FOCALAL, uma de suas principais vertentes, o comércio birregional, tem se mantido em um nível relativamente baixo. Esse intercâmbio econômico limitado evidencia uma lacuna persistente entre os objetivos ambiciosos originalmente previstos para o FOCALAL e os resultados concretos alcançados até o momento (CEPAL, 2013). Além disso, as discrepâncias e disparidades socioeconômicas entre a América Latina e a Ásia do Leste tornaram-se cada vez mais pronunciadas, representando um desafio adicional para o avanço da cooperação birregional.

Ao mesmo tempo, porém, a ausência de uma hierarquia colonial hostil na relação histórica entre as duas regiões pode servir como uma base positiva para o fortalecimento do inter-regionalismo no âmbito do FOCALAL. Isso contrasta com o caso das relações entre a UE e a ASEAN, onde a história conjunta de dominação e subordinação colonial tem sido frequentemente apontada como um obstáculo estrutural que continua a impedir uma cooperação inter-regional mais profunda. A esse respeito, o FOCALAL se beneficia de uma base histórica mais equilibrada que, se utilizada de forma eficaz, poderia facilitar o desenvolvimento de formas de diálogo mais construtivas e voltadas para o futuro entre as duas regiões (Camroux, 2010).

Considerando que, para muitos países latino-americanos, o FOCALAL representa o único fórum institucionalizado através do qual eles se envolvem coletivamente com a Ásia do Leste como região, é imprescindível que a organização cumpra efetivamente seu papel na implementação e aprofundamento de uma agenda de cooperação concreta. No entanto, há um amplo consenso de que o FOCALAL enfrenta atualmente o desafio de abordar uma gama excessivamente ampla de questões, muitas das quais não são amparadas pelos recursos financeiros necessários para gerar progressos significativos. Essa situação sugere que o foro pode precisar reavaliar suas prioridades, concentrando-se em um conjunto menor de áreas viáveis e promissoras, nas quais a cooperação birregional poderia avançar com maior foco, eficiência e resultados tangíveis (CEPAL, 2013).

Referências

ACHARYA, Amitav; JOHNSTON, Alastair Iain. Comparing Regional Institutions: An Introduction. In: _____. *Crafting Cooperation: Regional International Institutions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 1-31.

AGGARWAL, Vinod K.; FOGARTY, Edward A. The Limits of Interregionalism: The EU and North America. *European Integration*, v. 27, n. 3, p. 327-346, 2005.

AHN, Hyungdo; PARK, Jehoon. A Politico-Economic Approach to Northeast Asian Regional Cooperation: Search for a New Model and Korea's Strategies, KIEP, 2007. Disponível em: <https://www.kiep.go.kr/gallery.es?mid=a20303000000&bid=0001&tag=&b_list=10&act=view&list_no=896&nPage=146&vlist_no_npage=0&keyField=&keyWord=&orderBy=>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRADSHER, Keith. Amid Tension, China Blocks Vital Exports to Japan. *The New York Times*, 23 set. 2010. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2010/09/23/business/global/23rare.html>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CAMACHO, Paula Ximena Ruiz. La gobernanza regional de la cooperación Sur-Sur en América Latina. *Relaciones internacionales: Revista académica cuatrimestral de publicación electrónica*, n. 44, p. 87-105, 2020.

CAMROUX, David. Interregionalism or Merely a Fourth-Level Game? An Examination of the EU-ASEAN Relationship. *East Asia*, v. 27, n. 1, p. 57-77, 2010.

CAPANNELLI, G.; LEE, J. W.; PETRI, P. A. Economic Interdependence in Asia: Developing Indicators for Regional Integration and Cooperation. *The Singapore Economic Review*, v. 55, n. 01, p. 125-161, 2010.

CASTRO, Rita; CASTRO, Paulo. Estratégias para uma governança econômica integrativa na América Latina e Caribe: o triângulo da sustentabilidade. In: _____. *Desenvolvimento e cooperação na América Latina: a urgência de uma estratégia renovada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

CEPAL; PACÍFICO, Observatorio América Latina-Asia. Strengthening Biregional Cooperation between Latin America and Asia-Pacific: The Role of FEALAC. 2013.

CEPAL; Instituto Lula; BID; CAF. Introducción. In: _____. *Desarrollo e integración en América Latina*. Santiago: CEPAL-Instituto Lula-BID-CAF, 2016, p. 15-33.

DABÈNE, Olivier. Explaining Latin America's Fourth Wave of Regionalism. Regional Integration of a Third Kind. In: Congress of the Latin American Studies Association (LASA) Panel "Waves of change in Latin America. History and Politics". Anais [...], São Francisco, 25 maio 2012.

DENT, Christopher M. From Inter-Regionalism to Trans-Regionalism? Future Challenges for ASEM. *Asia Europe Journal*, v. 1, n. 2, p. 223-235, 2003.

DOCTOR, M. (2013). Prospects for Deepening MERCOSUR Integration: Economic Asymmetry and Institutional Deficits. *Review of International Political Economy*, v. 20, n. 3, p. 515-540, 2013.

DOIDGE, Mathew. Joined at the Hip: Regionalism and Interregionalism. *European integration*, v. 29, n. 2, p. 229-248, 2007.

DOSCH, Jörn; JACOB, Olaf (orgs.). *Asia and Latin America: Political, Economic and Multilateral Relations*. Londres: Routledge, 2010.

DOWDING, Keith; FEIOCK, Richard. Intralocal Competition and Cooperation. In: MOSSBERGER, Karen; CLARKE, Susan E.; JOHN, Peter (orgs.). *The Oxford Handbook of Urban Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ECLAC; ESCAP. Reducing Inequality in FEALAC Member Countries: Innovative Analysis to Guide Policymaking that Leaves no one Behind. 2019.

FORUM for East Asia-Latin America Cooperation (FEALAC). 1ST FEALAC FOREIGN MINISTERS' MEETING. Framework Document, 2001. Disponível em: <<http://www.fealac.org/new/m/document/board.do>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GARDINI, Gian Luca; MALAMUD, Andrés. Debunking Interregionalism: Concepts, Types and Critique—With a Pan-Atlantic Focus. In: MATTHEIS, Frank; LITSEGÅRD, Andréas (orgs.). *Interregionalism across the Atlantic Space*. Cham: Springer, 2018. p. 15-31.

GHYMERS, C. *Fomentar la coordinación de las políticas económicas en América Latina: el método REDIMA para salir del dilema del prisionero*. Santiago: CEPAL, 2005, cap. VII, p. 121-138.

GILSON, Julie. New Interregionalism? The EU and East Asia. *European Integration*, v. 27, n. 3, p. 307-326, 2005.

GIORDANO, P., Moreira, M. M., & Quevedo, F. *El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional*. BID-INTAL, v. 26, 2004.

GLASER, Bonnie S.; COLLINS, Lisa. China's Rapprochement with South Korea. *FOREIGN AFFAIRS*, 7 nov. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-07/chinas-rapprochement-south-korea>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GÓMEZ-MERA, L. Domestic Constraints on Regional Cooperation: Explaining Trade Conflict in MERCOSUR. *Review of International Political Economy*, v. 16, n. 5, p. 746-777, 2009.

GÓMEZ-MERA, L. (2016). Lessons from Latin America: MERCOSUR. In: LEVINE, Daniel H.; NAGAR, Dawn (orgs.). *Region-Building in Africa*. Political and Economic Challenges. New York: Palgrave Macmillan, 2016. p. 297-312.

GRANATO, L. Mercosur, asimetrías e integración productiva: discusión y balance a 25 años de la creación del bloque. *Caderno CRH*, v. 29, n. 77, p. 381-394, 2016.

HÄNGGI, Heiner. *Interregionalism: Empirical and Theoretical Perspectives*. St. Gallen: University of St. Gallen, 2000, 1-14.

HIJAZI, H. *Asymmetries among the Members of MERCOSUR*. 2012. Dissertação (Mestrado em International Studies) – University of Miami.

HIRST, M. (2006). Los desafíos de la política sudamericana de Brasil. *Nueva Sociedad*, n. 205, p. 131-140, 2006.

HURRELL, Andrew. Regionalism in theoretical perspective. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew (orgs.). *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 37-73.

JAPAN to strike South Korea off trusted export list as rift deepens. *BBC*, Seoul, 2 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-49201707>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KUME, H.; PIANI, G. MERCOSUL: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 25, n. 4, p. 370-390, 2005.

KUWAYAMA, Miki; LAFLEUR, Marcelo; DURÁN LIMA, José Elías. *Latin America and Asia Pacific Trade and Investment Relations at a Time of International Financial Crisis*. Santiago: ECLAC, 2010.

LEE, Seungjoo. Beyond Asia Paradox: A Critical Review of the Relationship between Economic Interdependence and Institutionalization. *Journal of Korean Political and Diplomatic History*, v. 36, n. 2, p. 167-197, 2015.

LUKAS, Andreas. EC-ASEAN in the Context of Inter-regional Co-operation. In: SCHIAVONE, Giuseppe (org.). *Western Europe and South-East Asia*. London: Palgrave Macmillan, 1997. p. 94-112.

MANNING, R. A. The Asian Paradox: Toward a New Architecture. *World Policy Journal*, v. 10, n. 3, p. 55-64, 1993.

MARIANO, M. P.; JÚNIOR, H. R. Structural Limitations of the MERCOSUR: An Analysis Based on the Brazilian Foreign Policy Positions. *The Latin Americanist*, v. 56, n. 2, p. 161-180, 2012.

MEDALLA, Erlinda; BALBOA, Jenny. Prospects for Regional Cooperation between Latin America and Caribbean and Asia Pacific: Perspective from East Asia. Foro LAEBA, Banco Interamericano de Desarrollo, jul. 2009.

MEISSNER, Katharina Luise. A Case of Failed Interregionalism? Analyzing the EU-ASEAN Free Trade Agreement Negotiations. *Asia Europe Journal*, v. 14, n. 3, p. 319-336, 2016.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF REPUBLIC OF KOREA. Forum for East Asia-Latin America Cooperation, FEALAC | MOFA.

NUNES, Rodolfo. A cooperação monetária e financeira na América Latina: propostas e assimetrias regionais. In: GARCÍA, Enrique (coord.); PEREIRA, Wagner Pinheiro; MURIEL, Beatriz (orgs.). *Desenvolvimento e cooperação na América Latina: a urgência de uma estratégia renovada*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, I. T. M.; Gonçalves, S. S. Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no MERCOSUL. *Texto para Discussão*, n. 1477, 2010.

PEMPEL, T. J. Northeast Asian Economic Integration: A Region in Flux. *Asia Pacific Review*, v. 14, n. 2, p. 45-61, 2007.

PETRI, P. A. Is East Asia becoming more interdependent? *Journal of Asian Economics*, v. 17, n. 3, p. 381-394, 2006.

REGELSBERGER, Elfriede. The Dialogue of the EC/Twelve with Other Regional Groups: A New European Identity in the International System? In: EDWARDS, Geoffrey; REGELSBERGER, Elfriede (orgs.). *Europe's Global Links: The European Community and Inter-Regional Cooperation*. New York: St. Martin's Press, 1990. p. 3-26.

ROLOFF, Ralf. Interregionalism in Theoretical Perspective: State of the Art. *Interregionalism and international relations*, 2006. p. 37-50.

SHEPHERD, Benjamin. Value Chain Development for Deeper Integration of East Asia and Latin America. *ARTNeT Working Paper Series*, 2020.

SÖDERBAUM, Fredrik; STÅLGREN, Patrik; VAN LANGENHOVE, Luk. The EU as a Global Actor and the Dynamics Of Interregionalism: A Comparative Analysis. *European Integration*, v. 27, n. 3, p. 365-380, 2005.

STUBBS, Richard. Asia-Pacific Regionalism versus Globalization: Competing Forms of Capitalism. In: COLEMAN, William D.; UNDERHILL, Geoffrey D. (orgs.) *Regionalism and Global Economic Integration*. London: Routledge, 2012. p. 78-90.

TERRA, M. I. MERCOSUR: Treatment of Asymmetries and Economic Growth. 2009.

URGEN RI'ILAND, J. The EU as an Inter-Regional Actor: The Asia-Europe Meeting. *Asia-Europe on the Eve of the 21st Century*, 2001, p. 43.

VEIGA, P. D. M. (2007). A experiência europeia no tratamento de assimetrias de política: lições para o MERCOSUL. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 91, p. 36-63, 2007.

WORLD BANK. World Development Indicators | DataBank, 2021. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=world-development-indicators>>. Acesso em: 15 abr. 2021.